

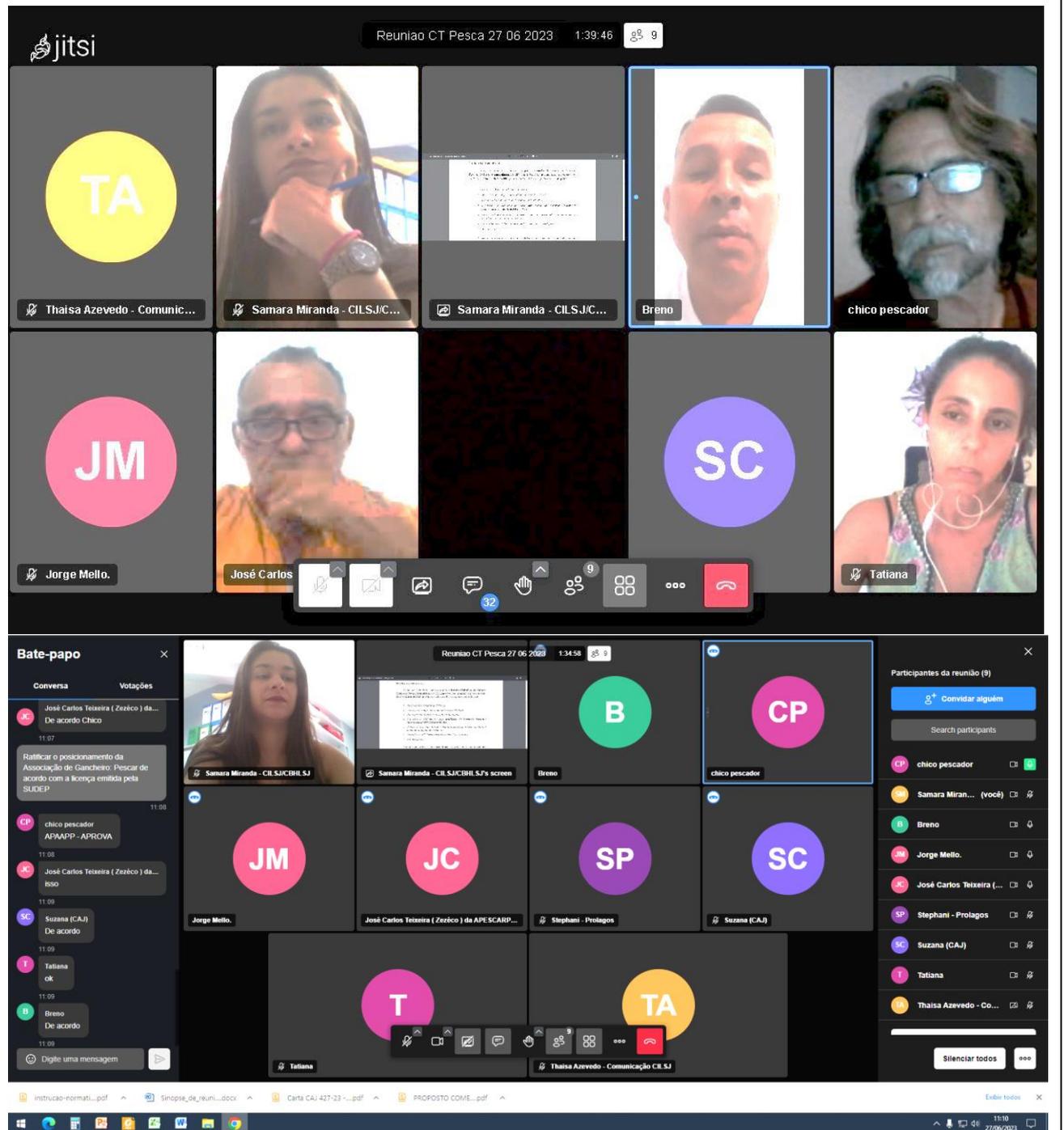
SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura – CT Pesca”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 84, de 16 de junho de 2023	
Data: 27/06/2023 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Francisco Guimarães (Assoc. de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória); Suzana Nascimento (Concessionária Águas de Juturnaíba); José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas); Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 de Iguaba Grande); Tatiana Mello (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio); Breno Bento (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Irene Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA); Jorge Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA);	
Convidados: Stephani Brunetti (Concessionária Prolagos); Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação – CILSJ).	
Pauta: <ol style="list-style-type: none">1. <i>Eleição do Coordenador da CT Pesca;</i>2. <i>Aprovação de sinopse da reunião anterior (15/03/2023);</i>3. <i>Plano operacional para fiscalização nos municípios;</i>4. <i>Discussões e Alinhamentos para atualização da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 02/2013;</i>5. <i>Proposta de ordenamento e segurança da pesca artesanal, frente às múltiplas atividades na laguna de Araruama;</i>6. <i>Interação com CT Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos;</i>7. <i>Assuntos gerais.</i>	
Resumo: Antes de iniciar a reunião, a Sra. Samara Miranda, Assistente Administrativa do CILSJ/CBHLSJ, trouxe à luz que o Art. 38, §2º, do Regimento Interno do Comitê, estabelecia que as Câmaras Técnicas (CT's) seriam constituídas por até 12 (doze) instituições, sendo a seleção por ordem cronológica de solicitação de entrada. Acrescentou que 14 (quatorze) instituições manifestaram interesse em compor a Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL), entretanto a Universidade Veiga de Almeida e Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia, por terem se manifestado após o atingimento do quantitativo máximo, ficaram de fora da composição oficial, não tendo direito a voto e a concorrer ao cargo de coordenação. De toda forma, poderiam participar das reuniões e contribuir nas discussões. Passou-se a palavra ao Sr. Francisco Guimarães, Coordenador da instância no biênio 2021-2023, que iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida abordou o primeiro item de pauta, sobre a eleição do Coordenador da CT Pesca (biênio 2023-2025) , se colocando a disposição para recondução ao cargo. Não havendo	

manifestação de interesse de outros membros ao cargo, foi aprovada a recondução do Sr. Francisco Guimarães. Avançou-se para o segundo item de pauta, sobre a **aprovação de sinopse da reunião anterior (15/03/2023)**, sendo aprovada, sem ressalvas. Seguiu-se, então, para o terceiro item de pauta, sobre o **Plano operacional para fiscalização nos municípios**. O Sr. Francisco Guimarães contextualizou sobre a situação do período de defeso dos crustáceos na Lagoa de Araruama, que estava recebendo muitas reclamações de pessoas que estavam praticando a pesca insustentável, o que poderia resultar, futuramente, em impactos negativos nas populações de pescado. Sendo assim, sugeriu que os municípios apresentassem os seus respectivos planos operacionais para fiscalização no corpo hídrico, efetivo, número de ocorrências, deficiências, para que o Comitê pudesse avaliar a melhor forma de contribuir para o funcionamento eficaz da fiscalização. O Sr. Breno Bento, da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelo município em executar a fiscalização devido ao baixo efetivo disponível e sem a parceria conjunta dos demais municípios, devido ao vencimento do Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada da Lagoa de Araruama, e, também, pela falta de uma lancha própria, uma vez que a lancha disponibilizada pelo Comitê apresentou problemas de funcionamento. Contudo, acreditava que para os próximos defesos a situação melhoraria, uma vez que o Acordo havia sido renovado e que a Prefeitura estava pleiteando a aquisição ou aluguel de uma lancha. Acrescentou que mesmo com as dificuldades na fiscalização, recebeu feedbacks positivos quanto a disponibilidade de camarão na região e prontificou-se em apresentar os relatórios das ações realizadas ao Comitê. O Sr. Francisco Guimarães sugeriu a realização de uma reunião entre a CT Pesca, as secretarias de meio ambiente, as secretarias que coordenam as guardas ambientais dos municípios do entorno da lagoa, a Unidade de Polícia Ambiental (UPAM) e Capitania dos Portos, para trabalhar um plano estratégico de fiscalização integrada. A Sra. Samara Miranda informou que estava previsto uma reunião ordinária da instância no dia 13 de julho de 2023. O Sr. Francisco Guimarães externou que para a referida data planejava tratar somente da atualização da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2013, sugerindo realizar uma reunião extraordinária no dia 23 de julho, para tratar sobre o plano estratégico. Dando prosseguimento, abordou-se o quarto item de pauta, sobre as **discussões e Alinhamentos para atualização da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2013**. O Sr. Francisco Guimarães contextualizou a necessidade de definição de uma estratégia, visando acrescentar algumas questões discutidas anteriormente, como a da troia na rede de lanço, no cerco, a diminuição do tempo da rede de espera, a questão dos motores de embarcação, entre outras demandas das organizações de pesca. Ficou definido, então, que no dia 13 de julho seria realizada uma reunião específica para tratar da atualização da INI MPA/MMA nº 02/2013, agregado a isso, cada organização deveria levar por escrito suas sugestões de adequação, devidamente justificadas. O Sr. Leandro Coutinho questionou se na referida reunião seria aprovado o documento final. O Sr. Francisco Guimarães explicou que o objetivo era discutir outras questões que apareceram depois, e que não possuíam nenhum tipo de regramento, e elaborar uma justificativa técnica para fundamentar os pedidos de adequação, assim como foi feito anteriormente. O Sr. Leandro Coutinho sugeriu discutir sobre a normatização da pesca da Sardinha Maromba, sendo corroborado pelo Sr. Francisco Guimarães. O Sr. José Carlos Teixeira, da APESCARPGIN, lembrou sobre a necessidade de definição do período de defeso para Sardinha. Sem mais comentários por parte dos membros presentes. Prosseguiu-se para o quinto item de pauta, sobre a **proposta de ordenamento e segurança da pesca artesanal, frente às múltiplas atividades na laguna de Araruama**. O Sr. Francisco Guimarães contextualizou que o crescimento desenfreado das múltiplas atividades na laguna de Araruama tem afetado negativamente as atividades de pesca, resultado da falta de um ordenamento adequado da lagoa, e sugeriu discutir o assunto junto a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro e Usos Múltiplos (CT Gerenciamento Costeiro), visando a criação de um mapa de múltiplos usos. O Sr. Leandro Coutinho comentou sobre os conflitos entre os pescadores e embarcações de lazer, sugerindo a criação de um protocolo de

navegação. O Sr. Francisco Guimarães ratificou a fala do Sr. Leandro Coutinho, e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para discutir o assunto e a elaboração de folders com ilustração de como funciona um cerco. Acrescentou que devido as circunstâncias de baixo calado, por falta de balizamento de navegação, sugeriu que o Comitê criasse uma resolução recomendando à Capitania dos Portos a proibição da navegação em horários noturnos, até que se fosse feito as demarcações adequadas das hidrovias. O Sr. Leandro Coutinho e o Sr. José Carlos Teixeira se disponibilizaram a compor o grupo de trabalho para elaboração da minuta de protocolo de navegação na Lagoa de Araruama. Questionada sobre a agenda de reuniões da CT Gerenciamento Costeiro, a Sra. Samara Miranda informou que segundo o Calendário de Reuniões do CBHLSJ, estava prevista uma reunião ordinária da instância para o dia 26 de outubro, para discutir em conjunto com o Grupo de Trabalho Plano de Bacia as questões relacionadas à revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VI, e atentou que o ordenamento da lagoa de Araruama era uma das pautas dentro da revisão do Plano. Além disso, estava ocorrendo as oficinas de revisão do Plano, onde a proposição de criação de um mapa de múltiplos usos poderia ser abordada, sendo a próxima oficina prevista para o dia 26 de julho. O Sr. Francisco Guimarães sugeriu aos membros que participassem em ambos os eventos, na oficina de revisão do Plano e na reunião conjunta da CT Gerenciamento Costeiro e do GT Plano de Bacia, para levar os anseios da CT Pesca em relação ao ordenamento. Passando para **Assuntos Gerais**, o Sr. Francisco Guimarães abordou sobre a aprovação do edital da Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória (APAAPP), que teve apoio do Comitê, para realização do estudo de identidade geográfica na Lagoa de Araruama, da EMBRAPA, e que os trabalhos iniciariam até o final do ano. Em seguida, explanou sobre o andamento do projeto de Turismo de Base Comunitária da Pesca Artesanal da Lagoa de Araruama e a necessidade de cada liderança conscientizar os negociantes de peixes da importância da separação adequada das escamas, para produção das bijoias. Logo após, o Sr. Francisco Guimarães sugeriu a realização de uma reunião da CT Pesca com as Concessionárias de Esgoto, para que as mesmas apresentem seus planos para revitalização dos rios da RH VI, que recebem contribuição de esgotos, e os investimentos da Revisão Quinquenal para a bacia, com o que se propuseram a fazer e o que foi feito, sugerindo que fosse realizada no dia 31 de outubro. Os membros presentes concordaram com a proposta do Sr. Francisco Guimarães. Dando prosseguimento, o Sr. Francisco Guimarães questionou se havia uma projeção de quantidade de tainha capturada em 2023. O Sr. Breno Bento informou que ao final da pesca, a Associação de Gancheiros faziam tal contabilização ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), contudo, estimava-se a captura de aproximadamente 40 a 60 toneladas de tainha. O Sr. Francisco Guimarães abordou sobre o gancho que estavam querendo reativar em Boqueirão, que anteriormente era um gancho de camarão que passou a ser para Carapicu, e, por fim, para Tainha. Tal gancho apresentava dimensões totalmente diferentes para o que foi originalmente feito. A Associação de Gancheiros realizou uma reunião onde mostraram que não era possível obter a licença para o gancho de Tainha, tendo em vista que o gancho foi criado para outro tipo de atividade. Questionou, então, se a CT Pesca ratificaria o posicionamento da Associação de Gancheiros, autorizar a pesca somente se continuassem realizando a atividade conforme as diretrizes constantes na licença emitida pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Os membros aprovaram a proposição do Sr. Francisco Guimarães. O Sr. Breno Bento destacou a necessidade de reforçar junto ao proprietário do gancho que o período para utilização de gancho de Carapicu era de 16 de novembro a 01 de março, conforme a INI MPA/MMA nº 02/2013. Em seguida, como sugestão de adequação da INI MPA/MMA nº 02/2013, propôs estender o período do exercício do gancho de Tainha, na boca do Boqueirão, para 30 de julho. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Francisco Guimarães agradeceu a participação de todos, finalizando-a.

Registro Fotográfico:



Relator: Samara Miranda
Elaborado em: 03/10/2023
Aprovado em: 18/03/2024



FRANCISCO GUIMARÃES
Coordenador da Câmara Técnica de Pesca
e Aquicultura do CBHLSJ